

## **SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL AUTARQUIAS**

### **Tomador do Seguro**

- Município de Pombal.

### **Segurado:**

- O Tomador do Seguro;
- Os legais representantes do subscritor e todas as pessoas que a possam obrigar, quando no exercício das suas funções.

## **1. OBJETO E ÂMBITO DO SEGURO**

Pretende-se um seguro de Responsabilidade Civil Geral - cobrindo as consequências pecuniárias resultantes de danos corporais e materiais da responsabilidade do tomador do seguro, em todo o território de Portugal Continental, em aplicação dos artigos 491.º, 492.º, 492.º, 500.º e 501.º do Código Civil, e Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro, alterado pela Lei n.º 31/2008, de 17 de julho, com exclusão das responsabilidades sujeitas a seguro obrigatório.

1.1. O pagamento do prémio será numa única prestação anual.

1.2. FRANQUIAS:

Em caso de sinistro, fica a cargo do segurado, uma franquia até 10% do valor dos prejuízos, com um mínimo de € 250,00 e máximo de € 1.000,00 por sinistro, a qual não é oponível a terceiros.

## **2. PESSOAS SEGURAS**

2.1. Agentes colocados sob autoridade da entidade adjudicante, no exercício das funções para que foram requisitados;

2.2. Civis requisitados para prevenir ou fazer cessar qualquer acidente, incêndio, flagelo ou calamidade;

2.3. Todo e qualquer voluntário que preste auxílio à entidade adjudicante.

## **3. ATIVIDADES DO TOMADOR DO SEGURO**

São consideradas atividades do tomador do seguro, todas as atribuições e competências dos Municípios e órgãos municipais de acordo com a legislação em vigor, podendo envolver atividades diversas nomeadamente:

- 3.1. Espaços Culturais: Biblioteca e Auditório Municipal, Museu, Centro Cultural, Teatro-Cine ;
- 3.2. Centro Municipal de Exposições,
- 3.3. Feiras e Mercados
- 3.4. Exposições e Conferências;
- 3.5. Manifestações Culturais, Desportivas ou análogas;
- 3.6. Cantinas;
- 3.7. Jardins de Infância e Escolas EB1;
- 3.8. Espaços de Jogos e Recreios
- 3.9. Equipamentos Desportivos de Recreio ou Culturais;
- 3.10. Sistemas de sinalização e trânsito;
- 3.11. Atividades de promoção turística;
- 3.12. Parques de estacionamento;
- 3.13. Arquivo Municipal;
- 3.14. Estádio Municipal das Meirinhas;
- 3.15. Lançamento de foguetes e fogo de artifício.

#### **4. CAPITAIS E COBERTURAS**

4.1. O capital a segurar é de 1.250.000,00€ por sinistro e anuidade; 7.4.3. Em relação à cobertura, a título enunciativo, mas não limitativo, pretende-se garantir o pagamento das indemnizações que, ao abrigo da legislação em vigor, sejam exigíveis à entidade adjudicante, em consequência de danos decorrentes de lesões corporais e/ou materiais causadas a terceiros, decorrentes de:

- 4.1.1. Atos ou omissões do Presidente, dos Vereadores ou de quaisquer outros títulos de órgãos da Autarquia, no exercício das suas funções e por causa desse exercício;
- 4.1.2. Atos ou omissões dos trabalhadores que trabalham por conta e sob direção do Município, no exercício das suas funções e por causa desse exercício;

- 4.1.3. Atos ou omissões de agentes requisitados civilmente pelo Município, ao abrigo da legislação em vigor, para prevenir ou por cobro a acidentes e calamidades, ou ao serviço de interesses humanitários da comunidade;
- 4.1.4. Na qualidade de proprietário ou locatário dos edifícios ou parte dos mesmos ocupados pelos serviços do Município;
- 4.1.5. Da exploração e manutenção de parques de estacionamento, incluindo parques de estacionamento subterrâneo, garagens, oficinas, estaleiros (considerando-se como terceiros, os utentes de quaisquer destas instalações, quer sejam ou não trabalhadores do tomador de seguro);
- 4.1.6. Utilização de Imóveis de propriedade do Município;
- 4.1.7. Execução de trabalhos de conservação, manutenção ou reparação de arruamentos;
- 4.1.8. E, na consequência de incêndio e/ou explosão ocorrida nas instalações do Município;
- 4.1.9. Danos causados a imóveis de terceiros, vizinhos das obras desde que na consequência de trabalhos realizados por piquetes de urgência;
- 4.1.10. Danos causados por roturas de condutas de água, avarias de sistemas de comunicação ou de órgãos de manobra que possam traduzir-se em prejuízos ou danos significativos, como inundação ou outros danos em habitações contíguas com o traçado, corte de vias rodoviárias com o envolvimento de viaturas e ou pessoas;
- 4.1.11. Trabalhos de abertura, reparação e manutenção de estradas, de caminhos municipais e de redes de água ou qualquer situação de abertura de valas quando tais trabalhos sejam executados por administração direta;
- 4.1.12. Das tampas, caixas de visita e sumidouros das redes de água e saneamento;
- 4.1.13. Acidentes causados por falta de sinalização, sinalização deficiente, ou por sinalização retirada por terceiros ou ação de elementos naturais, nas vias públicas, municipais ou arruamentos;

- 4.1.14. Lançamento de fogo de artifício e foguetes, durante feiras e festas cuja responsabilidade seja imputável ao Município;
- 4.1.15. Queda de telhas, andaimes ou quaisquer estruturas amovíveis em resultado de ação de elementos naturais;
- 4.1.16. Máquinas em laboração;
- 4.1.17. De operações de transporte de matérias, produtos, ou equipamentos inerentes à atividade do segurado, incluindo a queda de material das viaturas do Município, quando em circulação;
- 4.1.18. Operações de cargas e descargas quando realizadas pelo Pessoal ao serviço do Município;
- 4.1.19. Equipamentos montados em viaturas de serviço excluídas pela apólice de responsabilidade civil obrigatória do ramo automóvel;
- 4.1.20. Organização de atos culturais, recreativos, desportivos, feiras, festas e mercados;
- 4.1.21. Exploração de escolas, infantários e creches, casa da juventude e centros de dia;
- 4.1.22. Exploração de parques infantis e outros espaços de jogos e recreio, incluindo os que possam estar em estabelecimentos escolares da competência do Município, designados de acordo com o Decreto-Lei n.º 203/2015 de 17 de Setembro. O capital a segurar, inerente ao seguro de responsabilidade civil por danos corporais causados aos utilizadores, em virtude de deficiente instalação e manutenção dos espaços de jogo e recreio, respetivo equipamento e superfícies de impacto é de € 350.000,00 o qual é automaticamente atualizado em janeiro de cada ano, de acordo com o índice de preços do consumidor verificado no ano anterior e publicado pelo Instituto Nacional de Estatística.
- 4.1.23. Exploração de instalações desportivas cobertas ou ao ar livre, incluindo os que possam estar em estabelecimentos escolares da competência do Município, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 100/2003, de 23 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 82/2004, de 14 de abril e a Portaria n.º 1049/2004, de 19 de agosto. O capital a segurar por anuidade, inerente ao

seguro de responsabilidade civil por danos causados aos utilizadores, designadamente, em virtude de deficientes condições de instalação e manutenção dos equipamentos desportivos deve respeitar o valor determinado nos termos dos diplomas atrás referidos, independentemente do número de sinistros ocorridos e do número de lesados envolvidos.

- 4.1.24. Corte e abate de árvores quando efetuadas por trabalhadores do Município e queda accidental de árvores desde que decorrentes da ação ou omissão da entidade adjudicante;
- 4.1.25. Uso e/ou utilização de imóveis, instalações ou depósitos por parte do tomador do seguro na sua qualidade de inquilino ou usufrutuário;
- 4.1.26. Intoxicação alimentar provocada por alimentos e/ou bebidas servidas nas instalações de restauração geridas pelo Município;
- 4.1.27. Da eletrocussão derivada da rede elétrica.
- 4.1.28. Utilização e montagem de bancadas móveis instaladas com caráter temporário por iniciativa da autarquia;
- 4.1.29. Ascensores, monta-cargas, plataformas e escadas rolantes, propriedade do Município ou, não o sendo, por este explorados;
- 4.1.30. Queda total ou parcial de anúncios luminosos, painéis publicitários, antenas, postes de iluminação, parâmetros, mastros e sinalização que seja propriedade do Município ou que por ele sejam explorados;
- 4.1.31. Serviços de vigilância desenvolvidos por trabalhadores do Tomador do seguro, desde que não se encontrem abrangidos pelo seguro obrigatório;
- 4.1.32. Quaisquer visitas ou manifestações sociais, culturais e desportivas, incluindo as que envolvam a participação de animais;
- 4.1.33. Prejuízos provocados por privação de uso, resultantes de acidentes cuja responsabilidade caiba, nos termos da Lei ao Município.
- 4.1.34. Do exercício das atividades desenvolvidas pelas Juntas de Freguesia, no âmbito das competências delegadas pela Câmara Municipal.

- 4.1.35. Poluição accidental, decorrente de atividade do Segurado, e que resulte na sequência da emissão, dispersão, rejeição ou depósito de quaisquer substâncias sólidas, líquidas ou gasosas que poluam a atmosfera, águas ou solos e na condição de que estes fenómenos mantenham em si mesmos uma causa accidental, incluindo o custo de remoção, neutralização, anulação ou limpeza das substâncias de poluição ou contaminação.
- 4.1.36. Responsabilidade pela eficiência dos processos de tratamento de águas residuais, prevista no Decreto Lei n.º 226-A/2007 de 31 de Maio, nomeadamente a responsabilidade por danos causados por erros ou omissões de projecto relativamente à drenagem e tratamento de efluentes ou pelo incumprimento das disposições legais e regulamentares a ele aplicável.
- 4.1.37. Responsabilidade civil inerente à responsabilidade de técnicos pela execução de projectos, nos termos da Lei n.º 31/2009, alterada e republicada pela Lei n.º 40/2015.

## **5. Prémio Total Anual / Prémio Total 2 Anos**

€ 10.000,00 (dez mil euros) / € 20.000,00 (vinte mil euros)

## **6. Prazo de validade e Outras Condições**

De acordo com as peças procedimentais.

Lisboa, 27 de junho de 2016